

CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PARECER 36-A/2023 CJLEG

PROTOCOLO: 3312/2023

DATA ENTRADA: 24 de Agosto de 2023

PROJETO DE LEI nº 9.642 de 2023

Ementa: *Dispõe sobre a criação de espaço reservado em shows, apresentações artísticas e culturais, teatros, eventos esportivos e similares para pessoas com deficiência no município de Caruaru e dá outras providências.*

1. RELATÓRIO

Trata-se de **PARECER JURÍDICO**, apresentado ao Relator(a) da Comissão de Legislação e Redação de Leis, Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Comissão de Direitos Humanos, Dispõe sobre a criação de espaço reservado em shows, apresentações artísticas e culturais, teatros, eventos esportivos e similares para pessoas com deficiência no município de Caruaru e dá outras providências. Projeto de Lei nº 9.642 de autoria do Vereador Jorge Quintino.

Em observância às prerrogativas legais e regimentais ao qual está inserido, é o parecer para expor fundamentadamente o entendimento quanto à sua constitucionalidade, legalidade e instrumentalidade processual legislativa, observando, sobremaneira, a Constituição Estadual de Pernambuco, a Lei Orgânica do Município de Caruaru e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru.

Segundo justificativa do autor da proposição: *O presente projeto de lei tem como objetivo principal garantir as pessoas com deficiência melhores condições de participação em shows, apresentações artísticas e culturais, teatros, eventos esportivos e similares. Isto pois, frequentemente estes locais não oferecem, ainda que, de forma mínima, condições necessárias àqueles que tem deficiência. A lei federal nº 13.146/15, elenca em seu artigo 8º que: É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à*

comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. Ademais, o artigo 44 da referida lei e a Constituição Federal em seu artigo 227, §1º, inciso II, expressam a premência em criar programas que garantem reserva de lugares a pessoas com deficiência, vejamos: Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento. criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. Com a aprovação deste projeto de lei, estaremos caminhando rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Garantindo, portanto, o direito àqueles que necessitam.

É o relatório. Passo a opinar.

2. DA SISTEMÁTICA NO PROCESSO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU E DA MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA.

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Caruaru.

O Regimento Interno desta Casa Legislativa dispõe acerca das atribuições da Consultoria Jurídica Legislativa, senão vejamos.



Art. 91 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, será submetido à deliberação do Plenário sem que tenha **recebido parecer escrito das respectivas Comissões Permanentes** ou de Comissão Especial.

Art. 133 – Recebido o projeto de lei o Presidente despachará encaminhando-o a uma ou mais comissões para receber parecer, de acordo com a natureza da matéria nele contido.

Art. 274 – As deliberações das Comissões **serão assessoradas** pela Consultoria Jurídica Legislativa, **que assegurará a legalidade dos atos** relacionados às atribuições do Poder Legislativo Municipal. (Alterado pela Resolução nº 615/2019)

Assim sendo, as referidas normas estabelecem expressamente a possibilidade de **assessoramento jurídico legislativo** sobre as proposições em debate, sendo que o parecer escrito é exigido unicamente das comissões pertinentes permanentes ou temporárias.

A sistemática adotada ressalta-se, não é exclusividade de Caruaru, sendo adotada por diversas outras Câmaras Municipais brasileiras. **Ainda assim, a opinião desta Consultoria Jurídica é estritamente jurídica e opinativa não podendo substituir a manifestação das Comissões Legislativas permanente**, pois a vontade do Povo deve ser cristalizada através da vontade do Parlamento, aqui efetivada por meio de seus representantes eleitos

Desta feita, são estes mesmos representantes que melhor podem analisar todas as circunstâncias e nuances (questões sociais e políticas) de cada proposição. Por essa razão, em síntese, a manifestação deste órgão de assessoramento jurídico, autorizada por norma deste Parlamento municipal, serve apenas como norte, em caso de concordância, para o voto dos edis caruaruenses, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular representada pela manifestação dos Vereadores.

3. ADMISSIBILIDADE, ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E COMPETÊNCIA.

O projeto de lei em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito digitalmente por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica redacional, cumprindo os requisitos da adequação.

Observa-se que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto na norma regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, cumpridos os requisitos de admissibilidade.

O quesito competência também está devidamente atendido, sendo verificado que a matéria em apreço- acessibilidade e deficientes – sendo matéria de competência concorrente da União e dos Estados, cabendo ao município a hipotética suplementação, caso presentes os requisitos, o que permite a aceitação da tramitação pela Mesa Diretora, nos termos do Art. 124, inciso II do R.I.

4. DO QUÓRUM DE APROVAÇÃO

A Câmara somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, adotando, *in caso*, a votação nominal e por maioria simples, nos termos do art. 115, §3º do Regimento Interno c/c art. 107, inciso II, verbis:

Art. 115 – As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta e por dois terços de seus membros.

§ 1º - Por maioria simples, que corresponde à metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, a Câmara deliberará sobre todas as matérias, exceto as referidas nos parágrafos seguintes.

Art. 107 – (...)

II – **nominal**, nas proposições de projeto de lei de autoria do Prefeito, da **Mesa Diretora**, de um ou mais Vereadores, ou das Comissões Permanentes e Especiais, projetos de lei de iniciativa popular, projetos de emenda organizacional, nas verificações de votação simbólica, na apreciação de veto, por solicitação de qualquer vereador, nos processos de cassação de mandato, julgamento dos processos de apuração de responsabilidade e de falta de decoro parlamentar. (alterado pela Resolução nº 598/2017)

Por fim, sendo aprovado em duas votações, o mesmo será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal.

5. MÉRITO

O Projeto de Lei de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência em Caruaru é uma iniciativa destinada a tornar o município mais inclusivo e acessível. Esse projeto busca criar um ambiente onde pessoas com deficiência possam participar plenamente de eventos culturais, esportivos e outros locais públicos.

Os principais pontos deste projeto incluem a criação de espaços reservados e claramente identificados para pessoas com deficiência em eventos como shows, apresentações artísticas, teatros e eventos esportivos. Esses espaços devem estar estrategicamente localizados, proporcionando boa visibilidade e sendo facilmente acessíveis.

O projeto enfatiza a importância de evitar a segregação das pessoas com deficiência, garantindo que elas estejam integradas ao público em geral durante os eventos. Além disso, prevê a flexibilidade de permitir que esses espaços reservados sejam ocupados por pessoas sem deficiência em situações em que não haja uma demanda comprovada.

Para garantir o apoio necessário, os espaços reservados devem acomodar pelo menos um acompanhante da pessoa com deficiência. O projeto define pessoa com deficiência como alguém que possui um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, quando combinado com barreiras, dificulta sua participação plena na sociedade em igualdade de condições.

O projeto também abre a possibilidade de regulamentação pela autoridade executiva para detalhar e implementar as diretrizes estabelecidas. E, finalmente, a lei entrará em vigor na data de sua publicação, marcando o compromisso de Caruaru em direção a uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos os seus cidadãos.

Porém, o presente projeto, apesar de ilustre matéria, o assunto tratado já é regulado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 44. Segue quadro comparativo entre a proposição 9.642 e da Lei nº 13.146/2015:

PL 9.642	LEI Nº 13.146/2015
Art. 1º Fica obrigado em todo o Município de Caruaru a criação de <u>espaço reservado, marcado e indicado as pessoas com deficiência em shows, apresentações artísticas e culturais, teatros, eventos esportivos e similares.</u>	Art. 44. <u>Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência,</u> de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

<p><u>§1º Os espaços ou assentos a que refere o Art. 1º devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizado, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.</u></p>	<p><u>§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.</u></p>
<p><u>§2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência</u>, observando-se o disposto nesta lei.</p>	<p><u>§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência</u> ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.</p>
<p><u>§3º Os espaços ou assentos a que se refere o Art. 1º devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência</u></p>	<p><u>§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência</u> ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.</p>

No tocante a eventos esportivos, a **Lei Estadual nº 15.926, de 22 de novembro de 2016**, já assegura a existência de espaços livres e assentos para acomodação das pessoas com deficiência, demonstrado, mais uma vez, que o objeto da proposição já se encontra devidamente legalizado.

Visto assim, há igualdade de objetos entre a legislação supracitada e do projeto de lei, sendo evidente a repetição de mesmo texto abordado por ambos. Neste caso, não se observa a competência suplementar do município **diante a ausência de interesse local a ser tutelado**.

Além do mais, é de saber comum que um mesmo objeto não pode ser disciplinado por mais de uma norma, salvo se for uma complementação, o que não é o caso do PL acima. Afirma isso, a Lei Complementar Federal nº 95/98 em seu artigo 7º, IV *in verbis*:

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subseqüente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Por fim, a presente Consultoria Jurídica Legislativa, diante do exposto acima, opta pela **ILEGALIDADE** e **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 9.642/2023.

6. EMENDAS

Não foram oferecidas emendas.

7. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **trata-se de um parecer opinativo**, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo a consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada de decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples de parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 – DF. Rel. Min. Marco Aurélio –STF)

É o parecer, que ora submeto, à apreciação das dignas Comissões Permanentes da Casa Jornalista José Carlos Florêncio.

Assim sendo, em obediência às normas legais, esta Consultoria Jurídica Legislativa opina pela **ilegalidade e inconstitucionalidade** do presente Projeto de Lei, por ausência de interesse local a ser tutelado diante a existência de legislação nacional e estadual sobre o tema.

É o parecer. À conclusão superior.

Câmara Municipal de Caruaru-PE, 05 de Outubro de 2023.



Anderson Mélo
OAB-PE 33.933

|Analista Legislativo – Esp. Direito Público| Mat. 740-1
Gestor Jurídico



Edilma Alves Cordeiro
OAB/PE 30.967
Consultora Jurídica Geral

Lucas Felipe Gouveia Canuto
Estagiário CJL